

IV PROJETAR 2009
PROJETO COMO INVESTIGAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA
FAU-UPM SÃO PAULO BRASIL
Outubro 2009

EIXO: HIBRIDAÇÃO

ESPAÇOS PÚBLICOS COMO HÍBRIDOS: QUAL SITUAÇÃO, QUAL POSIÇÃO?

Luiz Guilherme Rivera de Castro

Professor da Faculdade de Arquitetura de Arquitetura e Urbanismo
Universidade Presbiteriana Mackenzie
Rua da Consolação 896, Prédio 9. Consolação, São Paulo, SP. CEP 01302-907.
lgcastro@mackenzie.br

ESPAÇOS PÚBLICOS COMO HÍBRIDOS: QUAL SITUAÇÃO, QUAL POSIÇÃO?

Resumo

Estabelecendo distinções e conexões entre a investigação de caráter cientista e aquela de natureza projetual, o artigo desenvolve questões relativas a abordagens contemporâneas dos espaços públicos no campo da arquitetura e do urbanismo. Fazendo recurso a resultados parciais de uma pesquisa em andamento, argumenta-se pela articulação de estratégias investigativas de base científica e projetual no interior de um mesmo processo. Colocando o problema dos *espaços públicos*, são discutidas sua *situação* em relação ao conjunto de processos sociais e formas espaciais que constituem o ambiente construído, assim como as distintas *posicionalidades* que se constituem em relação àqueles. Para tal, são examinadas relações entre investigação e projeto, público e privado, formas e processos. A metáfora do hibridismo é utilizada como ferramenta conceitual para a consideração de misturas em lugares públicos concretos e também para a articulação de grades conceituais. Referências a um conto de Edgar Allan Poe dão início a considerações sobre posicionalidades e estratégias de investigação, a partir das quais são colocadas algumas perspectivas.

Palavras chave: posicionalidades, espaço público, investigação, hibridação.

Abstract

Public spaces as hybrids: which situations, which positions?

Stating differences and connections between research in sciences and in design, this paper comprises issues related to contemporary approaches of public spaces in the field of architecture and urbanism. Using partial results of a research in progress, it's argued for the articulation of scientific based and design based investigative strategies in the same process. Setting the public space issue, their situation is discussed in relation to the set of social processes and spatial forms that constitute the built environment, as well as different *positionalities* that are constituted. In order to do that, the relations between investigation and project, public and private, form and process area examined. The metaphor of the hybridism is used as a conceptual tool to understand the mixtures in concrete public places and also to the articulation of conceptual grades. References to an Edgar Alan Poe novel start the considerations about *positionalities* and research strategies, from which are defined some investigative perspectives.

Keywords: positionalities, public space, investigation, hybridation.

Resumen

Espacios públicos como híbridos: cuales situaciones, cuales posiciones?

Estableciendo diferencias y conexiones entre la investigación en ciencias y en diseño, este artículo abarca las abordajes relacionadas con los acercamientos contemporáneos de espacios públicos en el campo de la arquitectura y del urbanismo. Usando resultados parciales de una investigación en curso, argumenta-se en favor de la articulación de estrategias de pesquisa de basamento científico y de diseño en el mismo proceso. Fijando la temática del espacio público, su situación se discute en lo referente al sistema de los procesos sociales y de las formas espaciales que constituyen el ambiente construido, así como la constitución de diversas posicionalidades. Para hacer-lo, se examinaron las relaciones entre la investigación y el proyecto, el público y el privado, las formas y los procesos. La metáfora del hibridismo es utilizada como una herramienta conceptual para entender las mezclas en lugares públicos concretos y también la articulación de grades conceptuales. Referencias a un cuento de Edgardo Alan Pöe introducen consideraciones sobre posicionalidades y estrategias de investigación, de las cuales se definen algunas perspectivas en pesquisa.

Palabras clave: posicionalidades, espacios públicos, investigación, hibridación.

ESPAÇOS PÚBLICOS COMO HÍBRIDOS: QUAL SITUAÇÃO, QUAL POSIÇÃO?

As coisas, os produtos, os resultados, são sempre mistos.

Gilles Deleuze, "A concepção da diferença em Bergson" in: A ilha deserta. São Paulo: Editora Iluminuras, 2006, p.51.

Introdução

O tema é o dos espaços públicos, em uma perspectiva de arquitetura e urbanismo. Admitamos, de início, que uma atitude crítico-analítica seja própria das disciplinas científicas voltadas para a compreensão e explicação de fatos e eventos naturais ou sociais, implicando capacidades de previsão. Paralelamente, admitamos que a atitude projetual tenha como caráter distintivo a criação de novas realidades por meio de ações encadeadas, antecipadas na mente do projetista e expressas em planos ou projetos. Dois modos distintos de racionalidade, então.

Em arquitetura e urbanismo, ambas as atitudes têm como horizonte a construção de edificações e infraestruturas, produzidas por meio de um conjunto ordenado de ações sobre materiais e territórios, articulando formas espaciais e processos sociais, tendo como resultado produção ou modificação de ambientes construídos ou apropriados, sociais ou naturais. A partir do estabelecimento desses pressupostos, argumenta-se aqui em favor de uma abordagem que articule atitudes de investigação e de projeto dirigidas à temática de *espaços públicos*.

Em relação a essa temática, são formuladas duas questões iniciais. A primeira diz respeito ao mapeamento da própria noção de espaços públicos em relação ao conjunto de processos sociais e formas espaciais que constituem o ambiente construído – desse modo, trata-se ao mesmo tempo de situar o problema e de constituí-lo. A segunda questão pode ser assim formulada: a partir de quais posições – ou posicionalidades – e com quais objetivos nos é dado colocar espaços públicos como objeto para a investigação e para a intervenção? Dar resposta a uma das questões implica obviamente responder à outra, já que estão imbricadas.

Tomando como referência uma pesquisa em andamento e sua área de estudo, o Largo de Santa Cecília, em São Paulo¹, este texto é desenvolvido em torno das questões acima, discutindo relações entre investigação e projeto, público e privado, formas e processos. A partir de uma pequena passagem em texto de Hegel, coloca-se a metáfora do hibridismo como dispositivo que ajuda a elucidar aspectos complexos de espaços públicos em seus aspectos materiais e simbólicos. Na sequência, o muito conhecido conto "A carta furada" de Edgar Allan Poe, publicado originalmente em meados do século XIX, servirá como ponto de partida para tecer considerações sobre posicionalidades, situações, estratégias e grades conceituais, em pesquisa e projeto. Ao final, aponta-se perspectiva de método para a investigação de espaços públicos em urbanismo e arquitetura.

Investigação e projeto

As relações entre a produção de conhecimentos por meio de pesquisas e experimentos de caráter científico e as práticas que aplicam esses conhecimentos na criação e produção dos mais variados tipos de substâncias, objetos e dispositivos técnicos ou operacionais são de natureza complexa, indissociáveis de processos políticos e sociais de grande amplitude, portadores de múltiplas implicações. A decisão de eleger espaços públicos como entidade passível de investigação e projeto necessariamente acarreta a consideração do enredamento

¹ *Espaços públicos e urbanismo contemporâneo: processos sociais, formas espaciais* é o título da pesquisa da qual o autor participa, que está sendo desenvolvida (2009) com subsídio do Fundo Mackenzie de Pesquisa – MackPesquisa. A área definida para estudo empírico tem seu ponto focal no Largo de Santa Cecília, no distrito de mesmo nome, junto à área central da cidade de São Paulo. Um resumo do projeto e a composição da equipe encontram-se na página http://meusite.mackenzie.com.br/urb_rsp/esp_pub.

não-linear entre entendimento e utilização, entre o que foi convencionalmente chamado de pesquisa básica e pesquisa aplicada².

Espaços públicos, como formas do ambiente construído, podem ser simultaneamente compreendidos como resultado e resultantes, expressão e partes constituintes de processos sociais complexos. Por outro lado, a atividade de planejar ou de projetar edifícios, dispositivos e ocupações que definem espaços é inerente às sociedades humanas, particularmente àquelas que admitem mudança e inovação em seu ideário, compreendendo-se projeto e plano como representação, na mente, de algo que ainda não existe, e sua concretização como evento e invenção³. Dentro de uma divisão social de disciplinas, competências e saberes, o urbanismo tem sido colocado no campo das ciências da sociedade, como conjunto mais ou menos articulado de saberes práticos e teóricos sobre o processo de urbanização em seus diferentes aspectos e, ao mesmo tempo, como atividade projetual que tem como finalidade o exercício de um poder que ordene, conduza ou oriente processos sociais à medida que produza ou transforme espaços urbanos – ou seja, uma modalidade de formas espaciais – adequadas a

² Entre autores contemporâneos que tratam das complexas relações entre ciências e tecnologias em uma perspectiva sociopolítica, cabe mencionar Isabelle Stengers (2002), Bruno Latour (2000 e 2004), Boaventura de Souza Santos (1989), Michel Serres (1990) e, no Brasil, Laymert Garcia dos Santos (2003). Donald Stokes, tratando das relações entre ciência básica e inovação tecnológica na democracia norte-americana, propôs um modelo de quadrantes para a classificação das pesquisas científicas: em uma figura quadrada dividida em quatro partes, o quadro superior à esquerda representa a pesquisa básica pura voltada para o entendimento; o quadro inferior à direita, a pesquisa voltada para as aplicações utilitárias; o quadro superior à direita, a pesquisa básica inspirada pela utilidade, ou seja, a busca de entendimento a partir da necessidade de resolução de um problema que emerge do campo utilitário das práticas. Este último seria o *quadrante de Pasteur* que dá título ao livro. No quadrante inferior à esquerda estariam as pesquisas em que objetivos de conhecimento e de aplicação não se destacam com clareza, mas que nem por isso seriam irrelevantes: "inclui todas as pesquisas que exploram sistematicamente fenômenos *particulares* sem ter em vista nem objetivos explanatórios nem qualquer utilização prática à qual se destinem seus resultados" (STOKES, 2005, p. 119, ênfase no original). A fecundidade das pesquisas nesse quadrante seria revelada quando desempenhassem papel preparatório e precursor de pesquisas nos outros quadrantes. Como já observou Ricardo Toledo Silva (2005), parte significativa das pesquisas em arquitetura e urbanismo pode ser colocada nesse quadrante, sem que isso constitua necessariamente demérito.

³ Imaginar e realizar um experimento científico implica necessariamente criação e projeto, tal como no plano inclinado de Galileu (STENGERS, 2002) ou nas culturas microbianas de Pasteur (LATOUR, 2001). O processo de projeto tal como compreendido pelo menos a partir do Renascimento, é resumido pela conhecida comparação entre o trabalho da melhor das abelhas e do pior dos arquitetos: a diferença é que o arquiteto "figura na mente sua construção antes de torná-la realidade" (MARX, 2002, p. 212). Jean-Pierre Boutinet em seu extenso estudo sobre os múltiplos aspectos e condutas de projeto afirma que dentro do conceito de projeto se desenvolvem, continuamente enredadas, duas ordens: "a ordem do discurso encarregado de explicitar, de prescrever e de planejar; a ordem da ação que reconhece as possibilidades formalizadas em intenções, em seguida colocadas em prática" (BOUTINET, 2002, p.254). Tratar-se-ia portanto de representação operatória, instável devido à sua função heurística, "pesquisa de um objeto ausente"; por outro lado, "o projeto é solidário de uma lógica da ação" e a "ação é sempre, de certa forma, realização de um projeto, concretização de uma opção, prática de uma decisão e gestão de suas conseqüências" (id ibid). Assim, a figura do projeto situa-se entre teoria e prática, entre a ordem do discurso e a ordem das práticas em um ir e vir sucessivo e sem fim. Em um outro plano de considerações, o projeto urbanístico ou de arquitetura pode ser colocado como análogo ao experimento em laboratório, tal como o coloca Bruno Latour: "o experimento é um evento", pois "nenhum evento pode ser explicado pela lista dos elementos que penetraram na situação *antes* de sua conclusão": os elementos iniciais são transformados no curso do evento, ou seja, no desenvolvimento do processo (LATOUR, 2001, p. 147, ênfase no original). A diferença é que os eventos arquitetônicos e urbanísticos – sejam projetos, sejam obras realizadas – não são replicáveis no sentido da replicabilidade exigida dos experimentos em laboratório, pois as condições naturais e sociais de espaço e tempo nunca poderão ser abstraídas e menos ainda reconstruídas. Ou seja, as inúmeras variáveis que formam as condições e o contexto de tais eventos ou são muito difíceis de neutralizar ou simplesmente não podem sê-lo. Aí reside a principal dificuldade na transferência tanto de modelos urbanísticos e arquitetônicos como de modelos explicativos teórico-conceituais entre formações sociais distintas, ou mesmo entre locais e tempos distintos em uma mesma formação social. Como as condições iniciais sempre diferirão daquelas que deram origem ao modelo, também os efeitos de sua aplicação sempre serão outros em relação à situação de origem, podendo mesmo contribuir para a produção de efeitos contrários às intenções originais.

determinados objetivos e estratégias⁴. Tais saberes são derivados e constituídos tanto a partir de práticas sociais de criação, produção, organização, gestão e conservação das estruturas e infra-estruturas urbanas – incluindo as atividades projetuais⁵ – quanto de pesquisa e de construção de esquemas explicativos de natureza conceitual, de modo geral tendo por modelo procedimentos e métodos inspirados nas ciências⁶.

Desse modo, pode-se entender que projetos e planos de caráter urbanístico constituem-se como agenciamento e articulação de múltiplos processos sociais e naturais, necessariamente expressando-se em formas espaciais que combinam infraestruturas, parcelamento do solo e edificações⁷. Processos sociais e formas espaciais profundamente imbricados, seja pela perspectiva cientista, crítico-analítica, seja por aquela projetual, constituem os materiais com que em urbanismo são construídos territórios e ideários. Desse modo, não apenas cada plano ou projeto urbanístico, mas também cada abordagem analítica sobre temas urbanísticos, agencia e expressa um conjunto particular de posicionalidades em relação aos espaços urbanos e à urbanização, em um dado momento, no interior de uma formação social.

Sentidos de público em relação a espaços e lugares

Em relação a espaços públicos, uma enxurrada de qualificativos vem sendo empregada para sua caracterização. As noções de declínio, erosão, desordem, decadência, degradação, anemia, abandono têm servido para a confecção de etiquetas apostas a tais espaços, qualificando as mudanças da vida pública nas sociedades contemporâneas, frequentemente

⁴ Como afirmou Lacaze (1993), o urbanismo traz implícita a ambição de exercer um poder sobre os destinos da cidade, ou seja, criar, dirigir, organizar e controlar processos, espaços e lugares urbanos. Nesse sentido, coloca-se no âmbito das políticas espaciais e de lugar tal como, por exemplo, as entende Doreen Massey, posto que o urbanismo opera sobre “a questão de nosso viver juntos”, preocupando-se “com o modo como tal caos [a sempre instável combinação de ordem e acaso] pode ser organizado, como as justaposições podem ser reguladas, como o espaço poderia ser codificado, como os termos de conectividade poderiam ser negociados” (MASSEY, 2008, p. 216).

⁵ Observando que a atividade projetual pode constituir-se como campo de investigação próprio, como pesquisa de novas formas de agenciamento que combinem e articulem de um novo modo elementos já existentes, ou que combinem o já conhecido com novos processos, métodos, conhecimentos, tecnologias ou outras inovações. Entre inúmeros exemplos no campo da arquitetura e do urbanismo, a *Garden City* de Ebenezer Howard (1902), a *Cité Industrielle* de Tony Garnier (1904), e a *Ville Radieuse* de Le Corbusier (1922), ícones da modernidade urbanística, projetos de cidades que não foram concebidos tendo como objetivo atender a encomendas específicas e utilitárias de realização, mas como especulação de possibilidades de realizações práticas e investigação heurística. Mesmo permanecendo no âmbito das representações operatórias, imagens em papel de objetos não existentes e não realizados, tais projetos constituíram-se como modelos que inspiraram e ainda inspiram inúmeros desenvolvimentos, práticos e teóricos, em diversas partes do planeta. Sobre projeto como agenciamento, consultar o texto *Territórios de urbanismo*, onde essa idéia encontra-se mais desenvolvida (CASTRO e ALVIM, 2008).

⁶ Mesmo as ciências ditas “duras” – entre elas a matemática e a física – operam segundo procedimentos que fazem com que o conhecimento científico não possa ser reduzido “a seus conteúdos seguros, a suas proposições e seus efeitos”, conforme afirmou Michel Paty (2001, p. 157). No artigo citado, tratando da criação no domínio do pensamento científico em torno das idéias de Poincaré e Einstein sobre o tema, Paty aborda a invenção e a descoberta em ciência como atos de criação que envolvem, além de análise e construções racionais de caráter hipotético-dedutivo, memória, desejo, intenção, intuição e imaginação, compreendendo as idéias científicas como “construções livres do pensamento” (id ibid).

⁷ De acordo com a formulação proposta por Manuel de Solà-Morales (1996) para o domínio das *formas de crescimento* urbano. Essa formulação mostra-se bastante útil para a análise e compreensão de formas e expressões no ambiente urbano, mas deve ser complementada e articulada pela análise e compreensão dos processos sociais nas diversas modalidades e escalas em que esses processos atuam. Tomando como exemplo o parcelamento do solo: a divisão da superfície da terra em partes só poderá ser adequadamente compreendida se for articulada a um conjunto de pressupostos e condições que correspondem a uma determinada formação social em um determinado momento. Desse modo não seria possível afirmar que a divisão da terra em parcelas com base nas relações jurídicas que instituem, homogeneizam e generalizam a moderna propriedade capitalista da terra nas cidades do mundo ocidental seja a mesma divisão de terras praticada, por exemplo, nas cidades das sociedades islâmicas ou orientais, ou nas favelas e invasões latinoamericanas – embora nelas possam ser identificadas formas semelhantes de “lotes”. Linhas análogas de argumentação podem ser aplicadas às edificações e às infraestruturas.

em registro dramático. O sentido geral de tais caracterizações sinaliza um mal-estar generalizado em relação a aspectos problemáticos e conflituosos dessas mudanças, comuns a diferentes percepções do que seja *público* em geral, e do que seja *espaço público*, em particular.

Os sentidos de público não foram sempre os mesmos, como mostrou Richard Sennett ao analisar o que chamou de declínio do homem público. Por outro lado, o domínio do público só pode ser compreendido em relação com o domínio do privado. Além disso, como parte de um todo maior, as relações e articulações entre público e privado tem significações políticas que implicam “a concepção dos direitos, a organização da família e os limites do Estado” (SENNETT, 1988, p. 116). A gênese dos sentidos hodiernos de público e privado tal como os entendemos e praticamos estaria assim relacionada à própria constituição das sociedades e dos Estados modernos, principalmente a partir do séc. XVIII.

Situando a questão na literatura recente, uma primeira distinção pode ser feita em relação à percepção do espaço público principalmente como conjunto de instâncias e instituições por intermédio dos quais se desenvolve a vida pública das coletividades, em oposição à vida privada dos indivíduos. É com o sentido principal de *âmbito* ou *esfera pública* como mediação e como domínio do político vinculado à formação e às transformações do exercício da cidadania nas sociedades burguesas que toda uma literatura se desenvolve, debruçando-se sobre a problemática de formação de consensos, mecanismos de legitimação e de exercício do poder nas democracias ocidentais do pós-guerra. Nesse campo, os trabalhos de Hannah Arendt e Jurgen Habermas sobressaem, frequentemente citados⁸. Assim, para autores vinculados a disciplinas como sociologia, ciência política e psicologia social⁹, o enfoque sobre o tratamento do espaço público ressalta processos sócio-políticos e culturais que, embora encontrem expressão nos espaços físicos das cidades – ruas praças, edifícios – tendem a ser colocados no domínio do político, das representações sociais, das mediações, negociações e conflitos entre grupos e classes.

Uma segunda distinção procede da percepção de espaços públicos construída principalmente a partir da materialidade e territorialidade dos sítios onde a vida pública acontece, em oposição aos espaços privados que, tendo como caso extremo o espaço domiciliário da residência, incluem todos os lugares de domínio juridicamente privado. Conforme assinala Sennet (op.cit. p.26) o mais físico dos níveis do domínio público encontra-se no espaço urbano. Em consequência, não é surpreendente que esse enfoque seja partilhado pelo conjunto de disciplinas vinculadas a problemáticas socioespaciais e à materialidade ou fisicidade do ambiente, incluindo a geografia, a antropologia¹⁰, a arquitetura, o urbanismo, o planejamento urbano¹¹.

⁸ Trata-se de *A condição humana*, de Arendt (1993), que veio a público em 1958 e de *Mudança estrutural da esfera pública*, de Habermas (1984) publicação original em alemão de 1962. Quase como regra, os autores que tratam dos espaços públicos sob diferentes perspectivas fazem revisões dos debates sobre a esfera pública liberal, nelas incluindo os textos acima. Cabe observar que uma exceção é representada por Richard Sennett (1988, publicado originalmente em 1974): naquele trabalho sequer menciona Arendt e, quanto a Habermas, faz uma dura crítica à sua abordagem, qualificando sua análise da opinião pública como redução unidimensional dos significados de público e privado, “restrita ao tópico marxista da privatização” (SENNETT, op. cit., p 50).

⁹ Nesta nota e nas seguintes, serão mencionados alguns autores que abordam o tema, sem a pretensão de revisão completa da literatura ou de apresentação de uma listagem definitiva. No terreno da ciência política, entre outros cabe citar Lavallo (2005), D’Agnino (2002); no campo da psicologia social, Sandra Jovchelovich (2000); no da sociologia, Isaac Joseph (1988 e 1992) e Zygmunt Bauman (2001 e 2009).

¹⁰ Na antropologia Antonio Arantes (2000a e 2000b) e Setha Low (2000 e 2007). Na geografia Paulo César da Costa Gomes (2002), Marcelo Lopes Souza (2006 e 2008), Ângelo Serpa (2007), Neil Smith (2000), Don Mitchell (2003) e Doreen Massey (2008). Low e Smith (2006) também publicaram um conjunto de textos de autores procedentes de diferentes disciplinas tendo como tema a abordagem política dos espaços públicos.

¹¹ A literatura produzida a partir dos campos do urbanismo e da arquitetura tem como característica própria colocar-se na perspectiva de compreensão, fundamentação ou crítica das práticas de regulamentação, de ordenamento e de projeção de lugares e espaços públicos, coligindo conhecimentos, articulando e construindo grades conceituais para o exercício dessas práticas: nesse terreno colocam-se, por exemplo, os textos de Paula Albernaz (2007) e de Maria Elisa Baptista (2003). O

Tanto em uma quanto em outra das percepções acima, processos sociais e formas espaciais aparecem imbricados, co-implicados, como veremos adiante. Na literatura sobre espaços públicos, o peso atribuído a formas e processos por essas modalidades de percepção e a importância relativa das imbricações recíprocas será diferente segundo as grades conceituais e interpretativas¹² assumidas, por cada autor, a partir dos domínios de uma disciplina ou de domínios disciplinares combinados. A dimensão histórica – ou seja, o papel desempenhado pelas mudanças sociais e espaciais precedentes na configuração atual desses espaços – receberá também ênfase diferenciada segundo tais grades.

A partir do campo do urbanismo e da arquitetura, parece fundamental identificar e compreender quais os elementos e processos constitutivos dessas entidades que designamos *espaços públicos*, quais são os atores que participam desses processos e como participam. Mas parece também fundamental compreender as próprias perspectivas dessa compreensão – ou seja, segundo quais grades conceituais *espaços públicos* são percebidos.

Um espaço público definido e delimitado, resultante de articulação, sobreposição e acumulação sucessiva de processos sociais e naturais e de formas espaciais, constitui um aqui e agora, uma coetaneidade temporal e espacial expressa no lugar. Assim, cada espaço público singular remete a um conjunto de condições ao qual são dirigidos inúmeros projetos, individuais ou coletivos, com maior ou menor grau de explicitação e de formalização, expressando diferentes intenções e demandas. A própria pesquisa – seja crítico-analítica, seja pela construção de hipóteses projetuais – pode ser compreendida como uma dessas demandas. Compreender espaços e lugares públicos como conjunções ao mesmo tempo estruturais e contingentes de múltiplos processos sobre os quais incidirão inúmeros e diversos projetos em graus diferentes de explicitação por parte de diversos atores – expressando distintas posicionalidades – implicará conseqüências importantes para o conhecimento no campo da arquitetura e urbanismo.

Tome-se um espaço público particular e concreto como o Largo de Santa Cecília, em São Paulo, tão banal ou tão extraordinário como muitos dos espaços semelhantes nas cidades brasileiras. Está situado na direção oeste a partir do atual marco zero da cidade, na Praça da Sé, a direção dos caminhos percorridos pelas tropas de burros que, antes das ferrovias e dos automóveis, acompanhando o rio Tietê e bifurcando ao sul e ao norte, estabeleciam as principais rotas de circulação ligando a aglomeração paulistana e o porto de Santos ao interior do território. Vinculado à igreja da paróquia de Santa Cecília, ao longo de pouco mais de um século camadas sucessivas de urbanização contribuíram para sua configuração atual. Cancelamentos e adições, destruição e criação, dos quais participaram inumeráveis atores, individual ou coletivamente organizados, com seus desejos, intenções, demandas e projetos particulares – formação e transformação, mas também permanências, podemos encontrá-las ali hoje. O arruamento e loteamento da região, iniciado por volta de 1860; a construção da igreja, inaugurada em 1901; o alargamento e prolongamento da rua de São João, atual avenida, iniciado em 1910; o Elevado Costa e Silva, inaugurado em 1971; as obras da linha Leste Oeste do Metrô, a estação Santa Cecília e a praça de mesmo nome realizada em terreno remanescente de desapropriações e inaugurada em 1983, são alguns dos fatos urbanísticos que conformaram sua configuração atual.

Tal conformação foi e continua a ser constituída por um sem número de elementos e processos nos quais atuaram e atuam outros tantos atores, indivíduos relativamente autônomos ou então organizados em instituições ou firmas, agrupados segundo grupos ou classes com interesses distintos, convergentes ou divergentes. O que acontece ali corresponde ao atual, múltiplo,

trabalho de Sérgio Luis Abrahão (2008) situa o debate sobre espaços públicos no campo propriamente urbanístico, com profundidade histórica e ênfase no período recente, colocando-o em relação a interpretações mais gerais da esfera pública. Observe-se que interpretações sobre as relações público-privado e a esfera pública estão sempre presentes em trabalhos em que predomina o foco sobre procedimentos operatórios de projeção – embora nem sempre de modo sistemático ou explícito. Entre esses últimos, cabe mencionar os seguintes: os de Rob Krier (1991), Sun Alex (2008), Herman Hertzberger (1999), Jan Gehl (2006), Gehl & Gemzøe (2002). Transitando entre arquitetura, urbanismo e outros territórios disciplinares, Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1985) combina abordagem antropológica e urbanística e Eduardo Yázigi (2000) aproxima perspectivas geográficas e urbanísticas.

¹² A expressão *grades conceituais* utilizada aqui e em seguida, inspira-se na expressão “grades interpretativas” utilizada por Guitta Pessis-Pasternak (1993, p. 65).

fragmentário e coetâneo processos de urbanização, em que local e global se entretecem, formando uma única urdidura, tão concreta e tão abstrata, tão particular e tão universal em seus múltiplos aspectos.

Colocar o Largo de Santa Cecília como objeto empírico de estudo permite, tanto quanto qualquer outro espaço de complexidade análoga, identificar e compreender quais elementos e processos constitutivos estão ali presentes, quais os atores que participam desses processos e como deles participam. Permite também compreender e situar – através do exame de abordagens de diferentes espaços públicos na literatura pertinente – as diferentes grades conceituais, interpretativas e projetuais, aplicadas ao tema *espaços públicos* em uma perspectiva que as relacione.

Formas espaciais, processos sociais

A materialidade das formas físicas – ambiente construído, espaços, territórios, lugares – corresponde a processos sociais, são produzidas dentro e com esses processos, ao mesmo tempo apresentando-se como sua expressão e parte constituinte. Não é sequer possível imaginar processos sociais sem formas espaciais às quais estejam vinculados e que lhe sejam correlatas, desde aqueles que ultrapassam os limites territoriais dos Estados-nação aos espaços mais aparentemente intimistas da residência. Por outro lado, a disposição, organização e ordenação dos espaços nas sociedades humanas obedecem a desígnios que sempre, de algum modo, são socialmente – vale dizer, culturalmente – estabelecidos¹³¹³.

Tome-se, por exemplo, o local onde se dorme: a própria existência de um aposento exclusivo para tal (o quarto de dormir), suas dimensões, materiais, paredes, aberturas, o mobiliário e sua disposição, os aparelhos e dispositivos que o povoam, variam segundo a posição de seus ocupantes em uma complexa teia de relações sociais. Essas relações vão de particularidades e especificidades como ocupação e nível de renda, escolaridade, etc. às relações mais gerais entre classes ou àquelas atribuídas à cultura. Além disso, tais relações não são idênticas para formações sociais diferentes e, em uma mesma formação social, podem variar regionalmente e são diversas em períodos históricos distintos. Mesmo o mais rígido funcionalismo não pode ignorar a relevância de tais questões.

Assim, espaços públicos devem ser compreendidos não apenas como forma urbana e como estrutura física material – edifícios, viário, superfícies, volumes, materiais, drenagem – mas também como formas de sociabilidade correlatas a determinadas relações sociais e, em consequência, como formas de cognição repletas de símbolos, sentidos e significados imbricados nas formas espaciais, nos dispositivos e ou elementos que as conformam constituem. É nesse sentido que podem ser compreendidas as estruturas e as infraestruturas, visíveis ou enterradas – drenagem, iluminação pública, calçadas, viário, edifícios, canalizações, tubulações, fundações, solo, etc. E também os processos sociais e naturais dos quais são parte e expressão: trocas, encontros, circulação, tráfego, estão entre os primeiros; solos, cursos d'água, lençol freático, ventos, chuva, umidade, insolação, temperatura, alguns dos segundos. As formas construídas são projetadas e socialmente produzidas, e a todo processo social corresponde uma forma espacial e uma temporalidade. Mesmo os edifícios particulares, privados, têm uma dimensão pública – ou seja, sua própria arquitetura traz implícita uma concepção de público.

Em 1992, tratando da situação na França em relação à pesquisa sobre espaços públicos, Isaac Joseph afirmava que, do ponto de vista da redefinição dos sentidos e dos meios de gestão,

“as investigações sobre o espaço público, de circulação ou comunicação, são inseparáveis da redefinição, nas democracias contemporâneas, das noções de bem público e de bem comum. O espaço público é, com efeito, o primeiro dos bens públicos, quer seja concebido como visibilidade mútua, espaço de encontro ou colocado à disposição de intenções diversas. Como todo bem público, é uma co-produção e o sentido comum que lhe é atribuído ... necessita ser analisado de modo imanente e sobre os lugares de ação” (JOSEPH, 1992 – tradução livre).

¹³ Argumentação baseada em formulações desenvolvidas por David Harvey em diversos trabalhos (HARVEY, 1973, 1992, 2003).

Além das relações entre formas e processos, define-se assim uma relação essencial entre o espaço público compreendido como parte da esfera pública e como bem público, material e simbólico, análogo às demais infra-estruturas coletivas presentes nas cidades – e desse modo constituindo-se como “território da urbanidade” (JOSEPH, 1988, p.25).

O ornitorrinco de Hegel

Híbrido, de modo geral, refere-se àquilo que deriva de origens ou espécies diferentes ou heterogêneas, ou que é composto por elementos de tipos diferentes ou incongruentes. Provem da palavra grega *hýbris*, que tem o sentido de destempero, excesso; e do latim *hybrida*, empregado para qualificar filhos de pais de diferentes países ou de condições diversas. Um híbrido não deve ser confundido com seres imaginários, tal como uma das versões da quimera (BORGES, 2007). Embora certo imaginário dos espaços públicos – particularmente aquele do espectro de um espaço público idealizado, onde as contradições e conflitos sejam expostos e resolvidos em equilíbrio e harmonia, onde sempre prevaleça a autoridade do argumento frente ao argumento da autoridade ou do poder constituído – possa ser colocado nessa categoria, dentro de uma “tendência a romantizar o espaço público como um vazio que permite livre e igual expressão” (MASSEY, 2008, p. 217).

O híbrido é mais bem expresso pelo ornitorrinco, que Hegel condena – e ao hibridismo em geral – por não corresponder “à representação sensível do conceito e da idéia”. Assim, “certos seres híbridos, que constituem a transição de uma forma para outra e realizam a miniatura de ambas, provocam o nosso espanto mas não os achamos belos, como acontece com o ornitorrinco que é uma mistura de ave e de quadrúpede” (...), “formações extravagantes e contraditórias” que são “incapazes de manter as determinações das diferenças” pois só correspondem a “exigências exteriores e limitadas”. Nessas misturas e transições, como nas paisagens naturais, estaria ausente a “articulação orgânica das partes que é determinada pelo conceito e a que um sopro de vida imprime uma unidade, realização da idéia” (HEGEL, 1980, p. 187).

Se adotássemos a diretiva de Hegel, deveríamos colocar de lado, tanto no plano das idéias e dos conceitos quanto nas realidades concretas, qualquer possibilidade de aceitação de hibridações. Entretanto, cada vez mais as percepções contemporâneas nos levam a considerar as misturas e transições como atributos do próprio ser das coisas. Tratando do processo de urbanização em relação à problemática ambiental, Erik Swyngedouw, por exemplo, trata a cidade como um híbrido, conceituando as infraestruturas como sistemas técnicos que combinam dispositivos materiais e conhecimentos de caráter científico, tecnológico e prático em redes complexas e interconectadas de suporte à vida, misturando e combinando múltiplos processos naturais e sociais (SWYNGEDOUW, 2001). Mathew Gandy tratando da urbanização contemporânea, examina o emprego da metáfora do *cyborg* – organismos híbridos que resultam da combinação de seres vivos e dispositivos cibernéticos – afirmando que tal metáfora permite o reconhecimento das coletividades de agenciamento, múltiplas e interconectadas, contribuindo para a melhor compreensão da confusão e indeterminação presentes no espaço urbano, exacerbadas pela proliferação de novas tecnologias. Assim,

“A metáfora do *cyborg* permite percepções concretas e imaginárias da infraestrutura urbana de tal modo que as categorias de ‘real’ e ‘virtual’ vêm a ser aspectos interconectados da experiência urbana” (GANDY, 2005, p. 38; tradução livre)

Obviamente será sempre necessário explicitar o que está sendo transportado ou transposto de um lugar a outro pela metáfora e testar a validade de seu emprego.

Nas cidades, além dos limites do edifício encontra-se um complexo sistema de redes (de infra-estruturas de circulação e distribuição - abastecimento de víveres, água, energia, luz) e de coleta (refugos líquidos e sólidos, orgânicos e inorgânicos): tudo que é necessário para a cotidiana reprodução humana em sociedade. Estruturas em rede, distribuídas em camadas, em parte visíveis, em parte ocultas sob a superfície do solo exigem enorme volume de trabalho cotidiano para sua manutenção. Assim como as infraestruturas, todo o esforço social para mantê-las encontra-se também em parte visível, em parte oculto, de tal modo que a intrincada e complexa teia de relações formada pela articulação e entrecruzamento dessas múltiplas redes e fluxos não se dá à percepção imediata de quem os utiliza e nem seu conhecimento é necessário para que deles se faça uso.

Do mesmo modo que para obter suco de laranjas não precisamos saber sobre os princípios físicos de eletricidade e eletromagnetismo ou sobre as usinas que geram e as redes de distribuição que permitem o funcionamento do motor do espremedor que utilizamos em substituição a nosso esforço físico. Ou então, como observou Swyngedouw (op. cit.), em um simples copo d'água estão presentes inúmeros processos: ao abrir a torneira para obtermos água potável, bioquimicamente vital para a nossa existência, todo o complexo processo social de captação, tratamento, armazenamento, distribuição e despejo, articulado aos processos cíclicos da água na natureza por inúmeros dispositivos técnicos e de engenharia, por sua vez tornados possíveis pelo desenvolvimento de conhecimentos de caráter científico, além das cadeias econômicas atuando em múltiplas escalas, encontra-se como que abstraído – ao mesmo tempo presente e oculto – na água que jorra.

Processos e sistemas heterogêneos e contraditórios, convergentes ou divergentes, materiais e simbólicos, combinam-se na produção da urbanização e de suas formas – o espaço urbano, as edificações, os espaços públicos – e neles encontram-se presentes em uma mistura aqui e agora, onde tudo está ao mesmo tempo presente. É esse hibridismo generalizado que é necessário re-conhecer (para compreender e quem sabe modificar/transformar), com todas as suas implicações – e não como fato excepcional, desvio da natureza ou da sociedade, que deve ser descartado em nome de purezas idealizadas, sejam utopias dirigidas ao futuro, sejam romantização idealista do passado.

Nesse sentido, espaços públicos podem ser compreendidos como resultantes de múltiplas hibridações, que se distribuem colateralmente ou em camadas, ao mesmo tempo ou sucessivamente, implicando sincronismos e diacronismos. Partir dessa premissa não implica necessariamente incoerência analítica ou inconsistência teórica – embora incoerência e inconsistência sejam riscos a assumir com tal postura. Entretanto, correr esse risco é a contrapartida necessária para que se permita aproximar o trabalho analítico da complexidade do tema, sem recorrer a mutilações segundo um qualquer método restritivo e sem reduzi-lo a esquemas procedimentais derivados de racionalidades limitadas, construídas no interior de especialidades acadêmicas ou técnicas.

Uma carta furtada [estratégias, situações, posicionalidades]

A *carta furtada*, muito conhecido conto de Edgar Allan Poe (1961)¹⁴, ficção precursora da literatura de gênero policial, escrito e publicado em meados do século XIX, problematiza o demasiadamente claro que obscurece, o demasiadamente evidente que oculta, e a simplicidade que por ser simples induz ao erro: a carta furtada que, escondida no local mais visível e evidente – um porta-papéis sobre a lareira do gabinete do ministro, à vista de todos que entrassem – tornar-se-ia por isso mesmo invisível. Simples e, ao mesmo tempo, extraordinário.

Três tempos, três olhares, três sujeitos em duas ações similares, em cenários e momentos distintos da trama, compõem as ações centrais que estruturam a narrativa: a cena primitiva na alcova real de onde a carta é arditamente surrupiada, como que duplicada no gabinete do ministro autor do furto¹⁵. Nessas duas cenas, o tempo ordena os olhares que por sua vez são sustentados pelos sujeitos. Pessoas diferentes encarnam os três sujeitos de modo alternado. Ao primeiro sujeito corresponde um olhar que nada vê: o rei na primeira cena, o comissário de polícia e a polícia na segunda. Ao segundo sujeito corresponde um olhar que percebe que o primeiro nada percebe, ao mesmo tempo enganando-se por acreditar oculto aquilo que por ele (sujeito) foi escondido: a rainha na primeira cena e o ministro na segunda. Ao terceiro sujeito corresponde um olhar que percebe os dois olhares/sujeitos anteriores, os quais deixam

¹⁴ Utilizou-se a tradução que Aldo Della Nina fez para a editora Saraiva do original *The Purloined Letter*. O termo em inglês – que poderia tanto ser traduzido como *roubado* ou *furtado* – conota ação de remover pondo de lado, assemelhando-se mais à subtração implícita em furtar que à ação de roubar, conotativa de presença física, violência e ameaça. As considerações feitas por Lacan (1998) a respeito do termo e de sua tradução para o francês são esclarecedoras. O conto é hoje facilmente acessível, tanto na versão original, na Internet, como por edições traduzidas, disponíveis inclusive em bancas de jornais. Como o texto é acessível e sua leitura é rápida, seu resumo não será feito aqui.

¹⁵ Este trecho apóia-se na interpretação feita por Jacques Lacan (1998) em *O seminário sobre “A carta roubada”*, texto publicado originalmente em 1957.

descoberta a carta escondida – o olhar do ministro na primeira cena e o de Dupin na segunda, percebendo que o supostamente escondido, descoberto que está, pode ser apropriado, subtraído, furtado.

Como observa Lacan (1998), Poe se diverte, suas pistas nos despistam, as afirmações de Dupin nos desafiam a não nos fiarmos nelas, narradas pelo narrador geral da ficção concebido como acólito do detetive amador, que por sua voz nos introduz ao *método* declarado pelo detetive, misto de erudição, pilhéria e afirmações nebulosas como “ $x^2 + px$ talvez *não* seja exatamente igual a q ”. O prestidigitador ficcionista assim atingiria o cúmulo de nos fazer enganar por um personagem de sua ficção, mas de tal modo que também nos conduziria a alcançar o circuito simbólico da carta - carta que é “o verdadeiro sujeito do conto” (id ibid, p 33).

Além ou aquém das complexas construções do conto e da interpretação que Lacan dele faz, interessa aqui assinalar que, em primeiro lugar, os efeitos provocados pela carta independem do que nela esteja escrito: importa sua existência e a articulação dos olhares, dos sujeitos, das posições em relação a essa existência. Em segundo lugar, importam as situações sucessivas de olhares/sujeitos em relação à carta, o objeto que, procurado, falta em seu lugar pela cegueira relativa dos sujeitos em relação àquilo que procuram. Em terceiro lugar, cabe observar que os olhares/sujeitos circulam todos em relação ao objeto significativo, que continua o mesmo apesar de sua forma alterada e dos olhares que o vêem ou não. E por fim, o autor: Poe conduz a nós leitores por meio da fala do narrador que criou, que por sua vez coloca em tela a trama, fazendo-nos cúmplices da estratégia de Dupin, partidário da dama a quem a carta fora furtada, para derrotar o ministro, um homem de gênio sem princípios, *monstrum horrendum*, capaz de combinar a imaginação poética com o rigor das matemáticas.

Temos assim, nesta trama ficcional, uma complexa articulação de sujeitos comportando subjetividades que se condensam em olhares, encarnados por diferentes pessoas, assumindo posições seja em relação ao objeto central da trama, seja em relação a outros sujeitos – relações intersubjetivas e ao mesmo tempo políticas, pois se tratam de relações de poder e em relação ao poder (rei, rainha, ministro, polícia). E temos o autor que constrói um narrador como um avatar que nos conduz pela trama, já que desde o início sabe seu desfecho.

Aplicadas ao tratamento de estratégias, situação e posicionalidades em relação à investigação em projeto, as considerações sobre essa peça ficcional de Poe podem ser bastante elucidativas. De modo geral, o termo situação pode ser empregado como equivalente a posição, mas carrega mais fortemente o sentido do arranjo, da distribuição e da conjuntura, incluindo as diferentes posições, suas circunstâncias e relações, em um evento ou conjugação de eventos. Por exemplo, no jogo de xadrez, o termo situação pode ser aplicado à configuração das posições das peças no tabuleiro após um lance. No conto de Poe, as cenas na alcova real, na sala do ministro e, finalmente, na sala de Dupin, configuram três situações – a carta furtada, a carta escondida e descoberta, a carta recuperada que retorna à sua destinatária cumprindo seu destino.

Já o termo posição é correlacionado a lugar, implica situação em relação a outras posições, em um espaço real ou virtual. Implica também postura do corpo e disposição de uma parte em relação a outras e, nesse sentido, pode ser empregado para expressar hierarquias. Já em sentido militar, uma posição define-se em relação ao terreno mais ou menos apropriado para defesa ou ataque. No jogo de xadrez, as peças ocupam posições nas casas do tabuleiro. No conto, as posições dos sujeitos/olhares em relação à carta, nas cenas da alcova real e da sala do ministro. Mas também a posição de cada um dos personagens principais em relação a uma sociedade (rei, rainha, ministro, chefe de polícia, investigador independente e amador, narrador).

A estratégia, compreendida como a arte do general, colada ao mais alto comando da hierarquia militar, àqueles que além de conhecerem os combatentes, o campo de batalha e as técnicas militares, situam-se na posição do olhar que tudo vê ou assim o pretendem. No xadrez, nem as peças nem o tabuleiro, mas o lugar do enxadrista exímio que dá vida às peças, o grande e genial mestre. Eis o lugar que Poe construiu para Dupin, o personagem extraordinário que não se deixa iludir pelas convenções e pelas idéias públicas, simpatizante político da dama, capaz de transmudar uma situação em outra por meio de uma ação audaz orientada pela perspicácia, incluindo e superando a combinação de imaginação poética com rigor matemático e, além disso tudo, capaz de obter ganhos monetários por seus feitos! Quais pesquisadores,

investigadores ou projetistas não seriam pretendentes a posição similar em suas áreas de atuação?

Tratando de disputas relativas a espaços públicos, David Harvey argumentou que a questão das *posicionalidades* “é fundamental para todos os debates sobre como criar infra-estruturas e ambientes urbanos para viver e trabalhar no século XXI” (HARVEY, 2002, p. 386, tradução livre). Para Harvey, tais posicionalidades definem-se em relação “à maior questão de todas: o que é a *concepção* de ‘público’ incorporada na construção do espaço público?” (id. *ibid.* p. 390, ênfase e aspas no original). A partir da investigação que realizou em um caso concreto – o projeto e implantação de um sistema de vias expressas cortando o centro de Baltimore, na década de 1970 – Harvey identificou sete tipos de argumentos, com as seguintes características:

1. Eficiência: relativos principalmente a congestionamento de tráfego e circulação de pessoas e bens;
2. Crescimento econômico: criação (ou prevenção de perda) de empregos e aumento dos investimentos, com conseqüente necessidade de incremento nos transportes;
3. Estética e patrimônio histórico: objeções em relação à destruição de ambientes atrativos ou de interesse histórico;
4. De ordem moral ou social, tal como: investir em vias expressas privilegiando os proprietários de automóveis no lugar de investimentos em habitação e saúde é errado;
5. Ecológico e ambiental: ressaltando os impactos em termos de poluição do ar, ruídos e destruição de ambientes valorizados;
6. Justiça distributiva: contestando a apropriação dos benefícios principalmente pelo setor de negócios e pelas classes médias brancas dos subúrbios em detrimento dos residentes predominantemente de baixa renda e afro-americanos das áreas centrais;
7. Comunitário e de vizinhança: considerações em relação à destruição de comunidades e de vizinhança provocadas pela passagem da via expressa.

Sobre essas diferentes linhas de argumentação constituíam-se diferentes posicionalidades – ou seja, posições dos participantes na disputa, aderentes a conjuntos ou a partes de argumentos distintas. Como tais argumentos não são em princípio auto-excludentes, os agrupamentos e coalizões entre grupos de participantes ocorriam segundo as possibilidades e oportunidades de combinação entre essas linhas de argumentação. A partir dessas considerações, a questão que Harvey coloca é a seguinte: como pode ser construído um conjunto de argumentos unificador, que assuma caráter mais universal, isto é, que não fique restrito aos particularismos das diferentes posicionalidades (id. *ibid.* p. 393). Essa mesma questão pode ser colocada em relação às diferentes abordagens do espaço público – compreendidas como posicionalidades.

Conforme a argumentação desenvolvida em relação ao conto de Poe, compreende-se tais *posicionalidades* como resultantes da posição de cada sujeito/olhar em estreita relação com a grade teórica, conceitual – o que Harvey chama de argumentos – mas também com o conjunto de hábitos, heranças, crenças, disposições, expectativas e intenções que lhe corresponde. Para melhor visualização dessas relações, pode-se construir um diagrama como o da Figura 1.

Diagramas compreendidos como figurações de processos têm limites, reduzindo processos e eventos a uma geometria bidimensional, mesmo que pretenda representar múltiplas dimensões. Como procedimento cartesiano, pode ser útil para elucidar determinados aspectos de um tema, mas obscurece outros, aos quais será necessário também estar-se atento, posto que podem ter força para desmontar o diagrama. Os sujeitos investigadores debruçam-se sobre um recorte do real, definindo um problema, ao mesmo tempo em que, assim posicionados em relação a ele, são por ele tomados, revelando-se ambos como quase-objetos – ao mesmo tempo sujeitos e objetos, agentes e pacientes, para empregar a expressão de Bruno Latour (1994). Seja esse objeto construído, destacado e denominado espaços públicos.

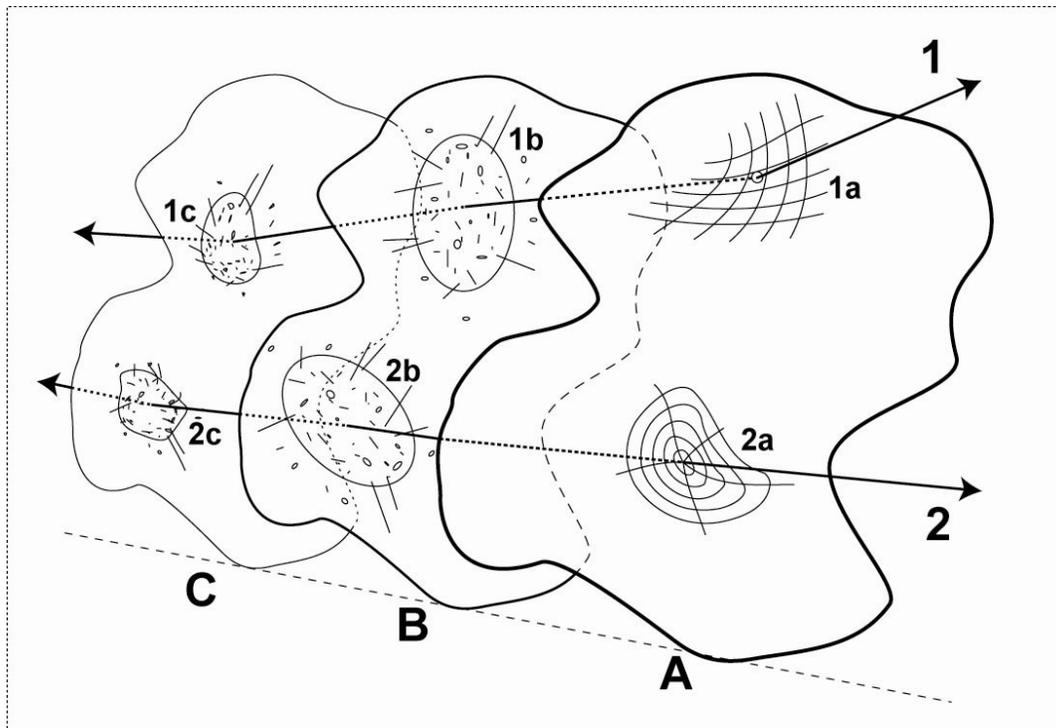


FIGURA 1. Diagrama de posicionalidades: sujeitos, objetos e grades conceituais.

O conjunto formado pelos eventos e elementos, objetos, sujeitos e discursos apresenta-se como mistura, com-fusão. Pode ser desdobrado em planos distintos, que poderiam ser representados como camadas sobrepostas (*layers*) mas que no diagrama da Figura 1 são desenhados na vertical para evitar confusões com a retórica das infraestruturas vs. superestruturas ou com as metáforas de camadas geológicas ou arqueológicas. No diagrama, o objeto – que podemos considerar como *espaços públicos* – desdobra-se nos planos A, B e C, segundo uma linha *n*. Nas linhas 1 e 2 que atravessam os diferentes planos, estão dispostas as posições de dois sujeitos/olhares. No plano A, dispõem-se as *grades conceituais* 1a e 2a correspondentes aos sujeitos 1 e 2; no plano B, o conjunto de eventos, atores e elementos visíveis a cada um dos sujeitos; no plano C, o conjunto das ações discursivas ou práticas ao alcance dos sujeitos, ou seja que podem ser por eles imaginadas (projetadas) e eventualmente levadas a efeito. As linhas correspondentes aos sujeitos podem ser muitas, correspondendo a outras grades conceituais ou a combinações e superposições entre elas. Um conjunto de questões pode então ser colocado: como e por quem é traçada a linha *n*? com quais objetivos? como são distribuídos os sujeitos/olhares segundo essa linha? E, principalmente, como construir essa linha de modo a ultrapassar particularismos, comportando um conjunto de argumentos de caráter mais universal, como quer David Harvey?

Essas questões remetem às articulações possíveis entre sujeitos e posicionalidades, ou seja, à comensurabilidade, à traduzibilidade e à compossibilidade das grades conceituais, das situações e das posicionalidades referentes a cada sujeito/olhar em relação àquilo que se encontra ao alcance de sua visão, de seu discurso e de sua ação e em relação com os demais sujeitos. Obviamente, cada autor/investigador inclina-se a construir uma linha *n* que torne possível estabelecer uma narrativa completa, totalizante, colocando-se no lugar de quem tudo vê, na tentativa de desautorizar e reduzir ao silêncio tanto aqueles que não vêem quanto aqueles que percebem os que não vêem mas não se percebem não vendo – como Dupin faz com o ministro ao subtrair-lhe a carta e com o chefe de polícia ao lhe entregar a carta. Replicando a pergunta de David Harvey e considerando esse terreno de disputa entre pretendentes, qual seria a linha *n* válida e legítima, ou seja, quais seriam os critérios para estabelecer sua validade e legitimidade? Estamos portanto no terreno das disputas políticas, onde será necessário agir para produzir evidências, fazer alianças, arregimentar testemunhos e

correligionários, tanto no campo das ciências quanto nos demais campos da cultura e das práticas sociais, como tem afirmado Bruno Latour (2004).

Perspectivas investigativas

Trata-se então de abordar o tema dos espaços públicos – compreendidos como bens públicos – no quadro de complexidades esboçado acima. E qual seria o método?

Michel Serres (1990) afirmou que jamais um método foi capaz de criar algo novo. O sentido original de método traz implícita a idéia de caminho para chegar a um fim – ou seja, o endereço é já conhecido. Invenção e descoberta implicam criação, inclusive a criação ou invenção de métodos. Como objetivo geral, procurar identificar e articular diferentes grades conceituais – explicativas e projetuais – na investigação de um tema, tendo como referência empírica um espaço concreto. Tal abordagem implica esforço em ir além do conforto das construções teóricas estabelecidas, dos procedimentos usuais, e das crenças do sentido comum, com o risco de encontrar poucos resultados. Talvez não possa ser diferente, se o esforço é feito no sentido de procurar e aceitar o outro, o estrangeiro, o estranho, para compreendê-lo, como necessidade para a construção de civilidades e de urbanidades – de um acabar juntos, nas palavras de Doreen Massey (2008).

Referências bibliográficas

- ABRAHÃO, Sérgio Luis. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2008.
- ALBERNAZ, Paula. **Reflexões sobre o espaço público atual**. IN: LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira. **Espaço e cidade: conceitos leituras**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007, p. 43-56.
- ALEX, Sun. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Ed. SENAC, 2008.
- ARANTES, Antonio A. **Paisagens paulistanas: transformações do espaço público**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000a.
- _____. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000b.
- ARENDET, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1993.
- BAPTISTA, Maria Elisa. A construção de um espaço de fronteiras: espaço público e cidadania. IN: CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003, p. 97-109.
- CASTRO, Luiz Guilherme R.; ALVIM, Angélica A.T.B. Territórios de urbanismo. In **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo** Vol. 8, No 2 (2008). São Paulo: UPM, 2008. Disponível em <http://www.mackenzie.br/dhtm/seer/index.php/cpgau/article/view/Alvim.2009.2/310>. Acesso 12/jun/ 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- _____. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- BORGES, Jorge Luis. **O livro dos seres imaginários**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BOUTINET, Jean-Pierre. **Antropologia do projeto**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- D'AGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GANDY, Matthew. Cyborg Urbanization: Complexity and Monstrosity in the Contemporary City. **International Journal of Urban and Regional Research**, Volume 29.1, March 2005 26–49.
- GEHL, Jan. **La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios**. Barcelona: Reverté, 2006.
- GEHL, Jan; GEMZØE, Lars. **Novos espaços urbanos**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.
- GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HARVEY, David. **Social Justice and the City**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1973.
- _____. **A Condição Pós Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- _____. **Paris, capital of modernity**. New York; London: Routledge, 2003.
- _____. Social justice, postmodernism and the city. IN FAISNTEIN, Susan S.; CAMPBELL, Scott. **Readings in Urban Theory**. Malden (USA)/Oxford(UK), 2002, p. 386-402. Publicado originalmente em *International Journal of Urban and Regional Research*, 16, 588-601, 1993.
- HEGEL, G. W. F. **Estética – a Idéia e o Ideal** (excerto). São Paulo: Editora Abril, 1980, p. 157-203.
- JOSEPH, Isaac. **El transeunte y el espacio urbano**. Ensayo sobre la dispersión del espacio urbano. Buenos Aires; Barcelona: Ed. Gedisa, 1988.
- _____. L'espace public comme lieu de l'action. IN **Espaces Publics - Annales de la Recherche Urbaine** n°57-58 - déc. 1992. Disponível em <http://www2.urbanisme.equipement.gouv.fr/cdu/datas/Annales/joseph.htm>. Acesso em 17/7/2007.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.
- LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

- LACAZE, Jean-Paul. **Os métodos do urbanismo**. Campinas: Papirus, 1993.
- LATOURE, Bruno. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. Bauru (SP): EDUSC, 2004.
- _____. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- LAVALLE, Adrián Gurza. As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. IN **Espaço & Debates** v. 25 n°46, jan/jul 2005, p. 33-44.
- LOW, Setha. **On the Plaza: The Politics of Public Space and Culture**. Austin (TX, USA): The University of Texas Press, 2000.
- _____. "Transformaciones del espacio público en la ciudad latinoamericana". En **Bifurcaciones** [online]. núm. 5, verano 2005. Disponível em <www.bifurcaciones.cl/005/Low.htm>. Acesso em 3 abr. 2007.
- LOW, Setha; SMITH, Neil (ed.). **The Politics of Public Space**. New York: Routledge, 2006.
- MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MITCHELL, Don. **The Right to the City: social Justice and the fight for public space**. New York/London: The Guilford Press, 2003.
- PATY, Michel. A criação científica segundo Poincaré e Einstein. In: **Estudos Avançados** 15 (41), janeiro/abril 2001, p. 157-192.
- PESSIS-PASTERNAK, Guita. **Do caos à inteligência artificial**. São Paulo: Editora UENSP, 1993.
- PÖE, Edgar Allan. A carta furta. In: **Os crimes da Rua Morgue** e outras histórias. Tradução de Aldo Della Nina. São Paulo: Ed. Saraiva, 1961, p. 115-135.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **Quando a rua vira casa**. São Paulo: Projeto Editora/IBAM, 1985.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. **Politizar as novas tecnologias**. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- SENNET, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.
- SERRES, Michel. **Hermes: uma filosofia da ciência**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- SILVA, Ricardo Toledo. Estado, políticas públicas e universidade. **Revista de Cultura e Extensão**, São Paulo: USP, n. 0, jul.-dez. 2005. Disponível em: <<http://www.usp.br/prc/revista/dossie2.html>>. Acesso em: 5 dez. 2005.
- SOLÀ-MORALES, Manuel de. **Las formas de crecimiento urbano**. Barcelona: UPC, 1997.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- _____. **A prisão e a ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- STOKES, Donald E. **O quadrante de Pasteur – a ciência básica e a inovação tecnológica**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2005.
- SWYNGEDOUW, Eric. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e urbanização-cyborg [1995] in ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades – sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**, Rio de Janeiro: DP & A, 2001, p.83-104.

Ilustrações

Figura 1. Diagrama de posicionalidades: sujeitos, objetos e grades conceituais. Autor: Luiz Guilherme Rivera de Castro.